



**EXTRATO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 208/2019 COM OS CRITÉRIOS A CONSIDERAR NOS PROCESSOS ENQUADRADOS NO N.º 4, N.º 6, N.º 10 E N.º 11 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 124/2006 DE 28 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVADOS EM COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA EM**

**23 /05/2019**

**PARA o n.º 4 DO ARTIGO 16.º**

**REQUISITOS LEGAIS A CUMPRIR**

1. A construção de **novos edifícios** ou a **ampliação de edifícios existentes** apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

a) Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, **ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo**, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo do Decreto-Lei nº 124/2006 (ver Capítulo 6). Quando a faixa de proteção integre rede secundária ou primária estabelecida, bem como infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.

**Dimensões definidas no PMDFCI de Sernancelhe**

- a.1) Garantir, na sua implantação no terreno, a distancia a estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a:
- i. 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

- ii. 20 m quando inseridas ou confinantes com outras ocupações e o grau de perigosidade de incendio definido no plano for de media, desde que os restantes 30 m não estejam ocupados por floresta matos ou pastagens naturais;
- iii. 15 m quando inseridas ou confinantes com outras ocupações e o grau de perigosidade de incendio definido no plano for de baixa, desde que os restantes 35 m não estejam ocupados por floresta matos ou pastagens naturais;
- iv. 10 m quando inseridas ou confinantes com outras ocupações e o grau de perigosidade de incendio definido no plano for de muito baixa, desde que os restantes 40 m não estejam ocupados por floresta matos ou pastagens naturais.
2. Adotar **medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício.**
3. Adotar **medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nos respetivos acessos**
4. Existência de parecer favorável da CMDF.

### **INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

1. **Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros:**
- 1.1. Enquadramento legal;
- 1.2. Perigosidade de incêndio rural, definida no PMDFCI de Sernancelhe;
- 1.3. A classe e categoria do solo em que o edifício se insere, de acordo com a planta de ocupação do solo constante do PMDFCI;
- 1.4. O uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e cumprimentos das disposições previstas por este diploma;
- 1.5. Descrição de medidas adotadas para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos.
2. **Cartografia:**
- 2.1. Planta de localização (escala 1:25 000 e 1:2 000) com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- 2.2. Extrato da cartografia de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- 2.3. Extrato das Faixas de Gestão de Combustível do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;



**2.4.** Extrato da Cartografia das Áreas Ardidas nos últimos 10 anos (inseridas no PMDFCI de Sernancelhe e atualizadas no Plano Diretor Municipal de Sernancelhe), com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, demonstrando o cumprimento do Decreto-lei n.º 55/2007, de 12 de março;

**2.5.** Planta de implantação que identifique:

- A delimitação do terreno do requerente, tal qual consta na certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devendo as áreas ser coerentes com as descritas nesse documento, bem como todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar), respetivos afastamentos às extremas do prédio de que o requerente é proprietário e os diversos elementos do espaços público envolvente, bem como as respetivas confrontações;
- Cartografia com identificação da faixa de gestão de combustível de 50 metros, ou outra amplitude definida no PMDFCI de Sernancelhe, e descrição das medidas a adotar para manutenção em permanência da faixa de gestão\*\*;
- Deverá, claramente, delimitar os terrenos confinantes, identificar o tipo de uso e ocupação do solo de cada um deles, bem como os seus legítimos proprietários, na extensão necessária à verificação dos pressupostos previstos nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual;
- Eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI de Sernancelhe, infraestruturas viárias ou planos de água;
- Planta de implantação digital, num formato georreferenciado, como por exemplo SHP ou DXF, utilizando o Sistema de Referência atualmente em vigor em Portugal Continental (PT-TM06/ETRS89)

### **3. Declaração do requerente:**

- Referente a distâncias às extremas previstas pelo PMDFCI de Sernancelhe, quando estejam em causa edifícios inseridos ou confinantes com outras ocupações que não sejam floresta, matos ou pastagens, com inclusão de um levantamento fotográfico;
- Contendo a garantia de que a gestão de combustível na faixa de segurança é realizada antes do início da obra e será mantida permanentemente de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível\*\*, e instalação de uma faixa interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10 m, na envolvente mais



próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;

- Que confirme a adoção de medidas\* para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos, descritas em memória descritiva e/ou cartografia.

#### **\* Medidas propostas:**

##### **1. Medidas a adotar relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos:**

- 1.1.** As edificações devem cumprir a legislação relativa à segurança contra incêndios em edifícios;
- 1.2.** Na faixa de proteção das habitações ficam proibidas as espécies de alta combustibilidade, designadamente, pinheiros, eucaliptos e acácias;
- 1.3.** As plantações devem privilegiar a escolha de folhosas;
- 1.4.** Deve manter-se 10 metros de faixa limpa de matos para cada lado do caminho de acesso à edificação;
- 1.5.** A cobertura e as caleiras dos edifícios devem conservar-se completamente limpas de carumas, folhas e ramos;
- 1.6.** Deverá colocar-se uma rede de retenção de faúlhas nas chaminés e respiradores;
- 1.7.** As botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas devem manter-se em compartimentos isolados;
- 1.8.** Os fogareiros e grelhadores devem dispor de rede que permita a retenção de faúlhas;
- 1.9.** Instalação de uma faixa de interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;
- 1.10.** O fornecimento de água para abastecimento dos meios de socorro deve ser garantido através da existência de uma reserva de água com capacidade mínima de 5m<sup>3</sup>, para áreas de implantação até 50m<sup>2</sup>, aumentado proporcionalmente até atingir a capacidade máxima de 60m<sup>3</sup>.





**\*\* Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível:**

I) Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

- a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II) No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredado o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

III) Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

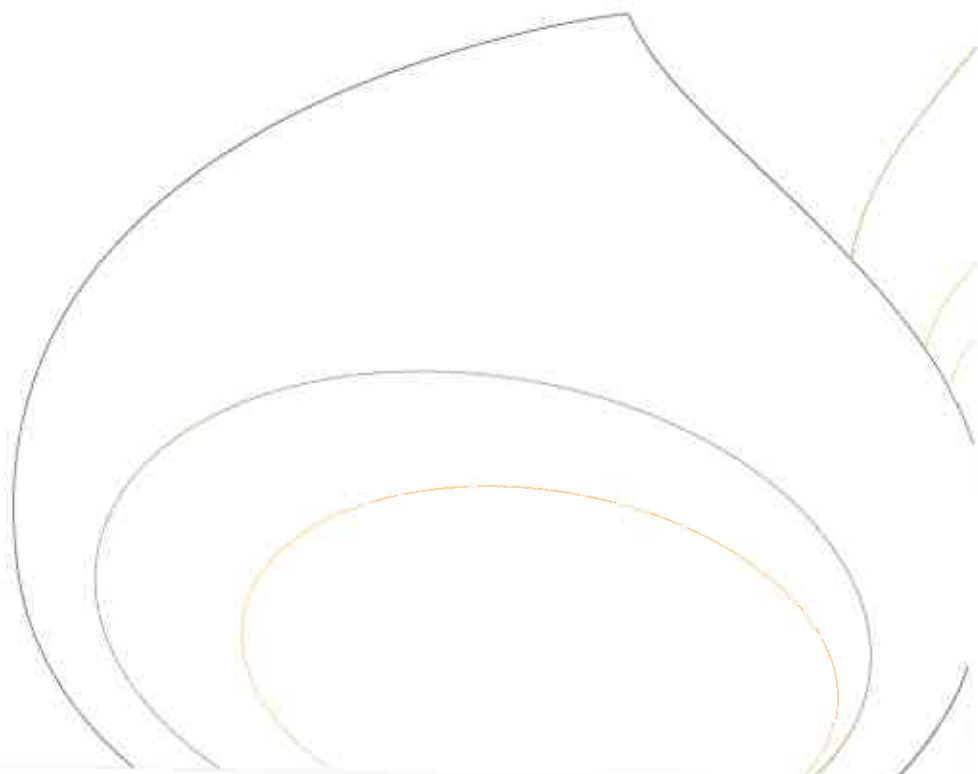
- 1) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- 2) Excecionalmente, no caso de arvoredado de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.
- 3) Deverá ser criada uma faixa pavimentada no mínimo de 2 m de largura, circundando todo o edifício.



4) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV) No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

V) A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.





**PARA o N.º 6 DO ARTIGO 16.º**

**REQUISITOS LEGAIS A CUMPRIR**

1- Quando esteja em causa a construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração, pode, em casos excecionais, a pedido do interessado e em função da análise de risco apresentada, ser reduzida até 10 m a distância à estrema da propriedade da faixa de proteção prevista na alínea a) do n.º 4, por deliberação da câmara municipal, caso sejam verificadas as seguintes condições:

- a) Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
- b) Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos.
- c) Existência de parecer favorável da CMDF.

- De acordo com a norma transitória descrita no artigo 3.º do decreto-lei n.º 14/2019 de 21 de janeiro, enquanto a portaria referida no n.º 7 do artigo 16.º do [Decreto-Lei n.º 124/2006](#), de 28 de junho, na redação dada pelo presente decreto-lei, não for publicada, o enquadramento das regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais cabe à Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

**INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

1. **Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros:**
  - 1.1. Enquadramento legal;
  - 1.2. Perigosidade de incêndio rural, definida no PMDFCI de Sernancelhe;
  - 1.3. A classe e categoria do solo em que o edifício se insere, de acordo com a planta de ocupação do solo constante do PMDFCI;

- 1.4. O uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e cumprimentos das disposições previstas por este diploma;
- 1.5. Análise de risco da implantação do edifício deve considerar:
  - 1.5.1. Os pontos de início de incêndios florestais nos últimos 10 anos;
  - 1.5.2. Ocorrência de incêndios florestais nos últimos 10 anos;
  - 1.5.3. Declive do local onde será implantado o edifício;
- 1.6. O requerente deve comprovar que vai implementar as medidas excecionais estipuladas em anexo ***"a) Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo"***;
- 1.7. O requerente deve comprovar que vai implementar as medidas excecionais estipuladas em anexo ***"b) Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos"***;
- 1.8. Identificação das medidas de minimização de perigo de incêndio a adotar pelo interessado.

## 2. Cartografia:

- 2.1. Planta de localização (escala 1:25 000 e 1:2 000) com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
  - 2.2. Extrato da cartografia de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
  - 2.3. Extrato das Faixas de Gestão de Combustível do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
  - 2.4. Extrato da Cartografia das Áreas Ardidadas nos últimos 10 anos (inseridas no PMDFCI de Sernancelhe e atualizadas no Plano Diretor Municipal de Sernancelhe), com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, demonstrando o cumprimento do Decreto-lei n.º 55/2007, de 12 de março;
- 2.5. Planta de implantação que identifique:
- A delimitação do terreno do requerente, tal qual consta na certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devendo as áreas ser coerentes com as descritas nesse documento, bem como todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar), respetivos afastamentos às extremas do prédio de






que o requerente é proprietário e os diversos elementos do espaços público envolvente, bem como as respetivas confrontações;

- Cartografia com identificação da faixa de gestão de combustível e descrição das medidas a adotar para manutenção em permanência da faixa de gestão\*\*;
- Deverá, claramente, delimitar os terrenos confinantes, identificar o tipo de uso e ocupação do solo de cada um deles, bem como os seus legítimos proprietários, na extensão necessária à verificação dos pressupostos previstos nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual;
- Eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI de Sernancelhe, infraestruturas viárias ou planos de água;

Planta de implantação digital, num formato georreferenciado, como por exemplo SHP ou DXF, utilizando o Sistema de Referência atualmente em vigor em Portugal Continental (PT-TM06/ETRS89)

### 3. Declaração do requerente:

- Referente a distâncias às extremas previstas pelo PMDFCI de Sernancelhe, quando estejam em causa edifícios inseridos ou confinantes com outras ocupações que não sejam floresta, matos ou pastagens, com inclusão de um levantamento fotográfico;
- Contendo a garantia de que a gestão de combustível na faixa de segurança é realizada antes do início da obra e será mantida permanentemente de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível (de acordo com o estipulado no decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual), e instalação de uma faixa interrupção de combustível floresta com a largura mínima de 10 m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;
- Que confirme a adoção de medidas excecionais\* para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos, descritas em memória descritiva e/ou cartografia.



**\*Medidas excecionais propostas:**

\*

**a) Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo**

**USO – TURISMO DE HABITAÇÃO, TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

- I) A edificação deve apresentar a planta e os contactos de emergência em local bem visível ;
- II) Os edifícios devem estar dotados de equipamentos para 1ª intervenção em incêndios como **extintores**;
- II.1) As edificações devem cumprir a legislação relativa à segurança contra incêndios em edifícios;
- III) - As vias de acesso no interior da parcela devem possibilitar a passagem dos meios de socorro aos edifícios, apresentando uma largura útil mínima de 3,5m, altura útil de 4m e 11 m de raio de curvatura mínimo, medido ao eixo;
- IV) O fornecimento de água para abastecimento dos meios de socorro deve ser garantido através da existência de uma reserva de água com capacidade mínima de 60m<sup>3</sup>.
- V) Instalação de uma faixa interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10 m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;
- VI) Na faixa de proteção aos edifícios ficam proibidas as espécies de alta combustibilidade, designadamente pinheiros, eucaliptos e acácias;
- VII) As plantações devem privilegiar a escolha de folhosas;
- VIII) A cobertura e as caleiras dos edifícios devem conservar-se completamente limpas de carumas, folhas e ramos;
- IX) Deverá colocar-se uma rede de retenção de faúlhas nas chaminés e respiradores;
- X) As botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas devem manter-se em compartimentos isolados;



XI) Os fogareiros e grelhadores devem dispor de rede que permita a retenção de faúlhas;

**USO – ARMAZÉNS PARA ACTIVIDADE AGRÍCOLA, SILVÍCOLA, PECUÁRIA, AQUÍCOLA, ACTIVIDADES INDUSTRIAIS CONEXAS**

I) A edificação deve apresentar a planta e os contactos de emergência em local bem visível;

II) Os edifícios devem estar dotados de equipamentos para 1ª intervenção em incêndios como **extintores**;

II.1) As edificações devem cumprir a legislação relativa à segurança contra incêndios em edifícios;

III) - As vias de acesso no interior da parcela até ao edifício devem possibilitar a passagem dos meios de socorro, apresentando uma largura útil mínima de 3,5m, altura útil de 4m e possuir zona de viragem.

IV) O fornecimento de água para abastecimento dos meios de socorro deve ser garantido através da existência de uma reserva de água com capacidade mínima de 5m<sup>3</sup>, para áreas de implantação até 50m<sup>2</sup>, aumentado proporcionalmente até atingir a capacidade máxima de 60m<sup>3</sup>;

V) Instalação de uma faixa interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10 m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;

VI) Na faixa de proteção aos edifícios ficam proibidas as espécies de alta combustibilidade, designadamente pinheiros, eucaliptos e acácias;

VII) As plantações devem privilegiar a escolha de folhosas;

VIII) A cobertura e as caleiras dos edifícios devem conservar-se completamente limpas de carumas, folhas e ramos;

IX) Deverá colocar-se uma rede de retenção de faúlhas nas chaminés e respiradores;

X) As botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas devem manter-se em compartimentos isolados;

XI) Os fogareiros e grelhadores devem dispor de rede que permita a retenção de fálhas;

**b) Medidas excepcionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos**

### **USO – TURISMO NO ESPAÇO RURAL, TURISMO DE HABITAÇÃO, ARMAZÉNS PARA ACTIVIDADE AGRÍCOLA, SILVÍCOLA, PECUÁRIA, AQUÍCOLA E ACTIVIDADES INDUSTRIAIS CONEXAS**

- Medidas excepcionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nos acessos:

I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II. No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

**III.** Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

1 - As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

2 - Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.

3 - Deverá ser criada uma faixa pavimentada no mínimo de 2 m de largura, circundando todo o edifício.

4 - Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

**IV.** No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

**V.** A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.





**PARA O N.º 10 DO ARTIGO 16º**

**REQUISITOS LEGAIS A CUMPRIR**

As edificações existentes abrangidas pelo Regime de Regularização de Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual, podem, por deliberação da Câmara Municipal, ser dispensadas de:

1. Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo do Decreto-Lei nº 124/2006 (ver capítulo 6).
2. Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
3. Adotar medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo.


desde que:

- o seu cumprimento se tenha tornado inviável
- sejam propostas medidas adequadas de minimização do perigo de incêndio, objeto de parecer favorável da CMDF

**1. INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

**2. Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros:**

- 2.1. Enquadramento legal;
- 2.2. Perigosidade de incêndio rural, definida no PMDFCI de Sernancelhe;
- 2.3. A classe e categoria do solo em que o edifício se insere, de acordo com a planta de ocupação do solo constante do PMDFCI;
- 2.4. O uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e cumprimentos das disposições previstas por este diploma;



- 2.5. Evidência que não é possível o cumprimento da faixa de gestão de combustível prevista no PMFCI de Sernancelhe;
- 2.6. Evidência que não é possível adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- 2.7. Evidência que não é possível adotar medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
- 2.8. Identificação e caracterização de medidas propostas para a minimização do perigo de incêndio, incluindo os critérios\*\* para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, quando aplicável.

**\*\* Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível:**

I) Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

- a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II) No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredado o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

III) Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- 1) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- 2) Excecionalmente, no caso de arvoredado de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.
- 3) Deverá ser criada uma faixa pavimentada no mínimo de 2 m de largura, circundando todo o edifício.
- 4) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV) No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredado classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredado com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredado e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

V) A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco



significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.

**PARA O N.º 11 DO ARTIGO 16.º**

**REQUISITOS LEGAIS A CUMPRIR**

Constitui exceção de não ser permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade a **construção de novos edifícios** destinados a **utilizações exclusivamente agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos [nº 11 do artigo 16º]**. Esta exceção apenas se pode verificar desde que:

1. As utilizações sejam reconhecidas de interesse municipal por deliberação da câmara municipal;
2. Sejam verificadas as seguintes condições:
  - a) Inexistência de alternativa adequada de localização;
  - b) Medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo a faixa de gestão de 100 metros;
  - c) Medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;
  - d) Demonstração de que os novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à exploração;
  - e) Existência de parecer favorável da CMDF.

**1. INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

**2. Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros:**

- 2.1. Enquadramento legal;
- 2.2. Perigosidade de incêndio rural, definida no PMDFCI de Sernancelhe;
- 2.3. A classe e categoria do solo em que o edifício se insere, de acordo com a planta de ocupação do solo constante do PMDFCI;
- 2.4. O uso a que se destinam os edifícios ~~que se incorporam na propriedade e cumprimentos das disposições previstas por este diploma;~~
- 2.5. Justificação para a inexistência de alternativa de localização;





- 2.6. Demonstração que novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos.
- 2.7. Identificação e caracterização de medidas propostas para a minimização do perigo de incêndio, incluindo os critérios\*\* para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, quando aplicável.
- 2.8. Descrição de medidas adotadas para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos.

### 3. Cartografia:

- 3.1. Planta de localização (escala 1:25 000 e 1:2 000) com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- 3.2. Extrato da cartografia de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- 3.3. Extrato das Faixas de Gestão de Combustível do PMDFCI de Sernancelhe, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
- 3.4. Extrato da Cartografia das Áreas Ardidas nos últimos 10 anos (inseridas no PMDFCI de Sernancelhe e atualizadas no Plano Diretor Municipal de Sernancelhe), com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, demonstrando o cumprimento do Decreto-lei n.º 55/2007, de 12 de março;
- 3.5. Planta de implantação que identifique:
  - A delimitação do terreno do requerente, tal qual consta na certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devendo as áreas ser coerentes com as descritas nesse documento, bem como todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar), respetivos afastamentos às extremas do prédio de que o requerente é proprietário e os diversos elementos do espaços público envolvente, bem como as respetivas confrontações;

- Cartografia com identificação da faixa de gestão de combustível de 100 metros e descrição das medidas a adotar para manutenção em permanência da faixa de gestão\*\*;
- Deverá, claramente, delimitar os terrenos confinantes, identificar o tipo de uso e ocupação do solo de cada um deles, bem como os seus legítimos proprietários, na extensão necessária à verificação dos pressupostos previstos nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual;
- Eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI de Sernancelhe, infraestruturas viárias ou planos de água;
- Planta de implantação digital, num formato georreferenciado, como por exemplo SHP ou DXF, utilizando o Sistema de Referência atualmente em vigor em Portugal Continental (PT-TM06/ETRS89)

#### 4. Declaração do requerente:

- Que os novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos;
- Contendo a garantia de que a gestão de combustível na faixa de segurança é realizada antes do início da obra e será mantida permanentemente de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível\*\*, e instalação de uma faixa interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10 m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;
- Que confirme a adoção de medidas\* para contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos, descritas em memória descritiva e/ou cartografia.

#### \* Medidas propostas:

##### 1. Medidas a adotar relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos:

- 1.1. As edificações devem cumprir a legislação relativa à segurança contra incêndios em edifícios;

- 1.2. Na faixa de proteção dos novos edifícios ficam proibidas as espécies de alta combustibilidade, designadamente, pinheiros, eucaliptos e acácias;
- 1.3. As plantações devem privilegiar a escolha de folhosas;
- 1.4. Deve manter-se 10 metros de faixa limpa de matos para cada lado do caminho de acesso à edificação;
- 1.5. A cobertura e as caleiras dos edifícios devem conservar-se completamente limpas de carumas, folhas e ramos;
- 1.6. Deverá colocar-se uma rede de retenção de faúlhas nas chaminés e respiradores;
- 1.7. As botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas devem manter-se em compartimentos isolados;
- 1.8. Instalação de uma faixa de interrupção de combustível florestal com a largura mínima de 10m, na envolvente mais próxima das edificações, constituída por material inerte não impermeável ou por revestimento vegetal de herbáceas;

2. O fornecimento de água para abastecimento dos meios de socorro deve ser garantido através da existência de uma reserva de água com capacidade mínima de 60m<sup>3</sup>.

**\*\* Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível:**

l) Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

- a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a



desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

- c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

**II)** No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

**III)** Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- 1) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- 2) Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.
- 3) Deverá ser criada uma faixa pavimentada no mínimo de 2 m de largura, circundando todo o edifício.
- 4) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

**IV)** No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em



instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

**V)** A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodo ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.

